



SERRA DA MESA

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 07.762.066/0001-68

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,
A Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A. ("SMTE" ou "Companhia") apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, com o Relatório dos Auditores Independentes referente ao exercício de 2020.

1) A COMPANHIA

A SMTE é uma Companhia privada de capital fechado constituída em 14 de dezembro de 2005 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955, sala 1502, Centro, Rio de Janeiro. Possui três filiais localizadas em Goiás, Minas Gerais e no Distrito Federal. A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH) desde 15 de dezembro de 2010 quando foi adquirida já em fase operacional da Isolux Energia e Participações S.A., Lintran do Brasil Participações S.A., Elecnor Transmissão de Energia S.A. e Abengoa Brasil Ltda. A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

2) SETOR ELÉTRICO - SEGMENTO DE TRANSMISSÃO

A receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões de transmissão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia, através da Agência Reguladora (ANEEL) e tem um marco regulatório completo e consistente, o que garante que as transmissoras tenham mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas). Nesse contexto, mesmo com incertezas no segmento de energia no mercado brasileiro, a Companhia espera manter a geração de caixa e margem positiva de suas operações. O segmento de transmissão de energia deve permanecer como o de menor risco do setor, pois o recebimento de sua receita é baseado na disponibilidade de ativos.

Dados da concessão:

Extensão de linhas em km:	679,86
Tensão em kV:	500
Subestações próprias/acessadas:	5

3) DESEMPENHO FINANCEIRO

3.1) Receita: O valor anual da receita, fixado e reajustado pela ANEEL através de resoluções normativas foi de R\$ 149.242.343 para o período de 1º de julho de 2020 a 30 de junho de 2021 e R\$ 146.288.188 para o período de 1º de julho de 2019 a 30 de junho de 2020. **3.2) Desempenho econômico-financeiro:** Os principais indicadores econômico-financeiros ao final do exercício de 2020 e 2019 são:

	2020	2019
• Liquidez geral	1,43	1,49
• Liquidez corrente	1,93	1,80
• Relação patrimônio líquido/ativo	30,00%	33,09%
• Relação passivo não circulante/ativo	52,19%	50,01%
• Rentabilidade do patrimônio líquido	-15,65%	17,62%
• Relação lucro operacional/Patrimônio líquido	38,17%	39,55%
Ativos totais - R\$	677.464.528	710.408.569
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício - R\$	(31.815.584)	41.429.453

4) GOVERNANÇA CORPORATIVA

A cada ano a Companhia busca ser mais inclusiva. A Companhia vem aperfeiçoando seu sistema de gestão, buscando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas. Iniciativas como a Semana da Saúde e do Bem-

Estar foram levadas para todas as regionais da empresa além de sua sede no Rio de Janeiro. A promoção de eventos para a criação de um bom ambiente de trabalho. O Programa de Liderança, contando com a participação de todos os seus executivos, diretores e gerentes também vem sendo incentivado e aprimorado. Nosso objetivo é o de buscar cada vez mais transparência nas informações e o alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

5) RESPONSABILIDADE AMBIENTAL E SOCIAL

A Companhia vem operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação de seu empreendimento, são desenvolvidos Programas Ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente. A Companhia também participa de ações sociais junto a Sociedade.

6) AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria e Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Companhia e para o cumprimento da nossa missão de concessionária.

Rio de Janeiro, 30 de março de 2021

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em reais)

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	56.584.791	50.242.380
Concessionárias e permissionárias	6	19.937.156	18.177.695
Contas a receber - partes relacionadas	23	3.172.768	2.535.387
Estoques		4.555.835	3.919.555
Adiantamento a fornecedores		606.332	730.991
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		1.964	308
Outros impostos a recuperar		1.300.301	1.270.483
Ativo de contrato	7	144.557.157	138.951.773
Outros ativos circulantes	8	2.587.922	800.974
		233.304.226	216.629.546
Ativo não circulante			
Ativo de contrato	7	437.494.513	484.475.329
Outros ativos não circulantes	9	3.260.775	5.367.440
Imobilizado		3.338.794	3.918.509
Intangível		66.220	17.745
		444.160.302	493.779.023
Total do ativo		677.464.528	710.408.569

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores - terceiros		1.345.107	2.252.754
Fornecedores - partes relacionadas	23	990.159	679.504
Empréstimos - partes relacionadas	10	86.508.002	67.180.304
Imposto de renda e contribuição social a pagar	11	16.607.358	21.126.152
Outros impostos a pagar	11	2.539.097	4.978.616
Taxas regulamentares	12	9.100.272	8.652.469
Dividendos propostos e juros sobre capital próprio	15	-	11.779.805
Outros passivos circulantes		3.511.178	3.422.528
		120.601.173	120.072.132
Passivo não circulante			
Empréstimos - partes relacionadas	10	194.810.662	184.540.599
Outras provisões - compensação ambiental		6.054.624	6.316.409
Provisão para contingências	13	492.605	2.831.935
Impostos diferidos	14	146.943.699	156.412.153
Outros passivos não circulantes		5.298.783	5.156.775
		353.600.373	355.257.871
Patrimônio líquido	15		
Capital social		274.500.000	274.500.000
Reserva legal		-	5.493.271
Retenção de lucros		-	-
Prejuízo acumulado		(71.237.018)	(44.914.705)
		203.262.982	235.078.566
Total do passivo e do patrimônio líquido		677.464.528	710.408.569

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em reais)

	Capital social	Reserva legal	(Prejuízo) acumulado	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018 (reapresentado)	274.500.000	5.493.271	(72.485.563)	207.507.708
Lucro líquido do exercício	-	-	41.429.453	41.429.453
Juros sobre capital próprio	-	-	(13.858.595)	(13.858.595)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	274.500.000	5.493.271	(44.914.705)	235.078.566
Prejuízo do exercício	-	-	(31.815.584)	(31.815.584)
Absorção do prejuízo com a reserva legal conf. Art. 189 Lei 6.404/73 (nota explicativa 15)	-	(5.493.271)	5.493.271	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	274.500.000	-	(71.237.018)	203.262.982

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em reais)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A. ("SMTE" ou "Companhia") é uma Companhia privada de capital fechado constituída em 14 de dezembro de 2005 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955, sala 1502, Centro, Rio de Janeiro. Possui três filiais localizadas em Goiás, Minas Gerais e no Distrito Federal. A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH). A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China. A Companhia é uma concessionária de transmissão de energia elétrica e foi constituída pelo Grupo Isolux Corsan S.A., que foi vencedor do Leilão 001/2005 - Lote C - ANEEL. A Companhia iniciou suas operações em 18 de fevereiro de 2008 e tem por objeto social a exploração de concessões de Serviços Públicos de Transmissão de Energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Esta atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

1.1. Da concessão: No dia 27 de abril de 2006, a Companhia assinou com a União o Contrato de Concessão ANEEL nº 003/2006 - Expansão da Interligação Norte-Sul III, trecho 3, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, para implantação, operação e manutenção das seguintes instalações de transmissão, distribuídas em áreas do Distrito Federal, Goiás e Minas Gerais: (i) Linha de Transmissão 500 kV Serra da Mesa II-Luziânia, com extensão aproximada de 310 km, no Estado de Goiás. (ii) Linha de Transmissão 500 kV Luziânia-Paracatu IV, com extensão aproximada de 118 km, no Estado de Minas Gerais. (iii) Linha de Transmissão 500 kV Paracatu IV-Emborcação, com extensão aproximada de 188 km, no Estado de Minas Gerais. (iv) Linha de Transmissão 500 kV Luziânia-Sambamba, com extensão aproximada de 65 km, nos estados de Goiás e Distrito Federal. (v) Subestações de Serra da Mesa II, Luziânia, Paracatu IV e Sambamba. **1.2. Receita anual permitida (RAP):** A RAP do contrato de concessão foi determinada em aproximadamente R\$66.900.000 (valor histórico) que será válida pelos primeiros 15 anos contados a partir do início da operação comercial e será corrigida anualmente pelo IPCA. A partir do décimo sexto ano de operação a RAP será de 50% da RAP do décimo quinto ano de operação comercial, perfazendo o total de 30 anos de concessão. A Companhia entrou em operação em 18 de fevereiro de 2008. Em 27 de junho de 2008, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 670, estabeleceu a RAP da Companhia em aproximadamente R\$ 70.000.000 para o período de 1º de julho de 2008 a 30 de junho de 2009. Em 25 de junho de 2019, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.565/2019 estabeleceu a RAP em R\$ 146.288.188 para o período de 1º de julho de 2019 a 30 de junho de 2020. Em 14 de julho de 2020, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.725/2020 estabeleceu a RAP em R\$ 149.242.343 para o período de 1º de julho de 2020 a 30 de junho de 2021. A receita faturada dos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) está garantida por um esquema de contas resumos e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

1.3. Coronavírus (COVID-19): Contexto geral: Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou o surto de Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia. A imensa maioria dos governos, nos cinco continentes, passou a adotar medidas restritivas para conter a disseminação do vírus, as quais têm potencial para afetar significativamente a economia global, tendo em vista a interrupção ou desaceleração da cadeia de suprimentos e o aumento da incerteza econômica, considerando o aumento dos preços dos ativos, das taxas de câmbio e a queda das taxas de juros de longo prazo. Os principais economistas do Mundo e os principais blocos econômicos vêm estudando pacotes de estímulos econômicos expressivos para superar a potencial recessão econômica que tais medidas de mitigação da propagação da COVID-19 possam provocar. No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, assim como mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 6 de março de 2020, que declara o estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas de atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos comerciais e de serviços, bem como investimentos emergenciais na área da saúde. **Medidas de assistência governamental:** Diante do cenário descrito anteriormente, diversas medidas de auxílio econômico financeiro foram introduzidas pelos três níveis de administração da Federação Brasileira, com o objetivo de auxiliar as empresas na mitigação dos efeitos da pandemia, as quais foram adotadas pelas companhias do Grupo, com destaque para as seguintes: (i) Postergação do recolhimento do PIS e da COFINS, assim como da contribuição previdenciária relativos às competências de abril e maio para os meses de agosto e outubro de 2020; (ii) Postergação do recolhimento do FGTS, referente às competências de março, abril e maio, o qual deverá ser pago a partir de julho e poderá ser parcelado em até seis vezes, de julho até dezembro de 2020; (iii) Redução das alíquotas das contribuições de serviços sociais autônomos no período compreendido entre abril e junho de 2020; e (iv) Prorrogação dos prazos para a entrega das obrigações acessórias, como DCTF e EFD, entre outras. A maior parte dessas medidas, apuradas até a emissão deste relatório, tem caráter temporário e servirá para mitigar possíveis

impactos da pandemia nos próximos três meses, em média. Por esse motivo, não produziram alteração no caixa ou no capital circulante líquido da Companhia no exercício de 2020. **Medidas adotadas pela Companhia para auxílio à sociedade:** A Companhia decidiu adotar algumas medidas para contribuir com os esforços governamentais para mitigar os efeitos da pandemia na sociedade. Entre essas medidas, destacam-se as seguintes: (i) Adoção de trabalho em casa para seus funcionários, para evitar deslocamento e risco potencial de contágio; (ii) Implementação do Protocolo COVID-19 de Condição e Comportamento de Trabalho Seguro, que estabelece diretrizes para proteger as pessoas em cada local de trabalho e ambientes, veículos, atividades e viagens; (iii) Webinar de Retorno de Trabalho Seguro aplicado a todos os funcionários, a fim de compartilhar as novas regras e rotinas a serem aplicadas a nível da empresa; (iv) Retorno de Trabalho Seguro aplicado em 3 fases para retorno do escritório do Rio; (v) Para reduzir a exposição ao risco de contágio dos empregados que utilizam o transporte público e puderam retornar ao trabalho no Rio Office, a empresa disponibilizou transporte individual gratuito para os que necessitarem; (vi) Adoção de novos testes confiáveis e indolores conhecidos como RT-Lamp; (vii) Testes preventivos de rotina em massa aplicados aos funcionários para identificar precocemente a infecção da COVID-19 e prevenir contágio posterior a outros funcionários, terceiros e sociedade; (viii) Testes de rotina aplicados a casos suspeitos; (ix) Intensificação das rotinas de limpeza e higienização de todas as unidades de trabalho; (x) Sinalização informativa aplicada a todas as unidades; (xi) Distanciamento social aplicado em escritórios, veículos, atividades, treinamentos, restaurantes; (xii) Fornecer EPI adequado e reforçar a necessidade de seu uso correto; (xiii) Intensificação da higienização e higienização das mãos com álcool 70%. **Impacto nas demonstrações financeiras:** No exercício de 2020, considerando o estágio atual da disseminação do surto de COVID-19, a Companhia revisou seu planejamento estratégico e sensibilizou suas premissas para possíveis cenários de: (i) Deficits na Receita Anual Permitida (RAP), que podem vir de diferentes fontes, como deficits na conta CDE para pagar subsídios e inadimplência dos usuários do sistema, capacidade reduzida dos consumidores de pagar contas de energia e desemprego, que podem afetar o pagamento da tarifa de transmissão, que deverá ser compensado no próximo ciclo da RAP através da Parcela de Ajuste (PA); (ii) Impactos no fluxo de caixa que vem sendo medidos mediante simulações; (iii) Postergação do pagamento de parcelas de principal e juros de empréstimos de mútuo (Intercompany) que empresas do grupo contrataram com a sua acionista SGID. Os impactos no ano de 2020 foram acompanhados mensalmente, e, foram considerados irrelevantes, tanto na Receita Anual Permitida, quanto nos custos da empresa que impactaram o Fluxo de Caixa. No que se refere ao impacto na RAP decorrente de dificuldades relacionadas à COVID-19, este é contabilizado na conta contábil de Antecipação. Esta conta registra a diferença entre os valores arrecadados dos usuários e as receitas mensais de todas as transmissoras. Quando o valor das cobranças não é suficiente para remunerar as transmissoras ocorre o desconto. Nos primeiros meses do ano esta conta registrou perdas, que, no entanto, foram parcialmente compensadas nos meses do segundo semestre do ano, gerando baixo impacto, ainda que negativo, no acumulado do ano de 2020. O valor médio do desconto de antecipação praticado em 2020 foi de 1,9% da RAP. No que tange às despesas, o mesmo se verificou. Os gastos incorridos necessários ao combate à COVID-19 (Equipamentos de proteção individual, máscaras, materiais para primeiros socorros, gastos com alimentação e transporte para os funcionários que precisaram comparecer aos escritórios, exames médicos, apoio psicológico etc.) foram integralmente contabilizados em centros de custos específicos designados para o controle dos gastos com a Covid, facilitando a apuração de seus valores, que representaram um percentual médio de 0,6% no total anual das despesas, patamar considerado imaterial.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentam arredondamentos em algumas apresentações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos apresentados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. As demonstrações financeiras apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior e foram autorizadas pela Administração em 30 de março de 2021. **2.1. Estimativas e premissas:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos contratuais da concessão pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para perda de crédito esperada, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. **2.2. Conversão de saldos em moeda estrangeira:** A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em reais)			
Receita operacional líquida	16	102.906.997	109.518.145
Custo da operação	17	(22.844.974)	(12.286.862)
Lucro bruto		80.062.023	97.231.283
Despesas gerais e administrativas	18	(8.170.196)	(8.599.229)
Outras receitas operacionais líquidas	19	5.695.849	4.349.885
Lucro antes do resultado financeiro		77.587.676	92.981.939
Resultado financeiro	20	(92.368.738)	(33.013.428)
Receita financeira		54.278.887	61.913.430
Despesa financeira		(146.647.625)	(94.926.858)
Resultado antes dos impostos		(14.781.062)	59.968.511
Imposto de renda e contribuição social	21	(17.034.522)	(18.539.058)
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício		(31.815.584)	41.429.453

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

	31/12/2020	31/12/2019
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em reais)		
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício	(31.815.584)	41.429.453
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de resultados abrangentes	(31.815.584)	41.429.453

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

	31/12/2020	31/12/2019
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em reais)		
Fluxo de caixa das atividades operacionais	(14.781.062)	59.968.511

Itens de resultado que não afetam o caixa		
Juros e variações monetárias dos empréstimos	85.606.265	30.561.138
Depreciação e amortização	747.233	548.778
Provisão para perda de crédito esperada	106	(19.468)
Provisão para contingências	(2.339.329)	158.694
Provisão para compensação ambiental	1.367.947	237.866
Outras provisões	142.008	289.411
(Aumento) redução nos ativos operacionais		
Concessionárias e permissionárias	(1.759.567)	(1.275.060)
Contas a receber - partes relacionadas	(637.381)	(1.276.555)
Ativo de contrato	41.375.432	32.744.921
Estoques	(636.280)	-
Impostos a recuperar	(31.473)	(408.678)
Adiantamentos a fornecedores	124.659	(167.929)
Outros ativos	319.717	971.048
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	(596.996)	1.151.329
Tributos e contribuições sociais	(7.322.842)	(4.095.799)
Impostos pagos	(26.138.448)	(14.409.217)
Juros pagos	(12.535.435)	(17.076.298)
Taxas regulamentares	447.802	(505.927)
Compensação ambiental	(1.629.732)	-
Outros passivos	88.656	53.140

Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	61.811.280	87.449.905
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado e intangível	(215.993)	(491.531)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(215.993)	(491.531)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Empréstimos pagos	(43.473.069)	(68.163.117)
Juros sobre capital próprio	(11.779.807)	-
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento	(55.252.876)	(68.163.117)

Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6.342.411
---	------------------



SERRA DA MESA

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 07.762.066/0001-68



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em reais)

infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICP 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. O ativo de concessão registra valores a receber referentes à implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e serviços de operação e manutenção. Ativo de contrato: A partir de 1º de janeiro de 2018 do CPC 47, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente à passagem do tempo enquadram as transmissoras nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um "ativo contratual". O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). A estimativa do valor do ativo contratual, da receita de construção da infraestrutura, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento. Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito à contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo através dos gastos incorridos. Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos de concessão a partir de 1º de janeiro de 2018 passaram a ser registrados na rubrica "Implementação da Infraestrutura", como um ativo contratual, por terem direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho. As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante. **3.5. Ativo imobilizado:** Os itens que compõem o ativo imobilizado são relacionados à área administrativa e referentes a ativos não vinculados ao contrato de concessão (estes que tem seu resultado registrados na nota de outras receitas e despesas operacionais) e apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **3.6. Ativo intangível:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. **3.7. Provisão para redução ao valor recuperável (impairment):** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída a provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. **3.8. Impostos: Impostos sobre serviços prestados:** As receitas estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS) com alíquota de 1,65% e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com alíquota de 7,6%. Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido. **Imposto de renda e contribuição social - correntes:** A tributação sobre o lucro compreendeu o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240.000 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. **Impostos diferidos:** Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. **3.9. Provisões para contingências:** A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.10. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado. **3.11. Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes. **3.12. Apuração do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. **3.13. Receita operacional:** As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: a) Receita de construção - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas. Toda a margem de construção é recebida durante a obra e variações positivas ou negativas são

alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. b) Remuneração do ativo contratual de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. c) Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e que visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações. **3.14. Instrumentos financeiros:** A Companhia aplicou os requerimentos do CPC 48 - Instrumentos Financeiros, a partir de 1º de janeiro de 2018, relativos à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável. **a) Ativos financeiros:** Classificação e mensuração - Com a adoção do CPC 48 os instrumentos financeiros passaram a ser classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A norma também elimina as categorias existentes no CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A partir de 1º de janeiro de 2018, a Companhia passou a apresentar os instrumentos financeiros da seguinte forma: • Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. • Custo amortizado - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial. (i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment) - O CPC 48 substituiu o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas ("impairment") a serem reconhecidas nos exercícios apresentados; (ii) Baixa de ativos financeiros - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado. **b) Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. **3.15. Fluxo de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. **3.16. Transações com partes relacionadas:** As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes ao de mercado. Certas transações por possuírem características e condições únicas e/ou específicas portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

4. NORMAS E INTERPRETAÇÕES NOVAS E REVISADAS

4.1. Normas emitidas, mas ainda não vigentes: As novas normas que não entraram em vigor, não tiveram adoção antecipada e não impactaram, a Companhia até 31 de dezembro de 2020, são as seguintes: • Contratos onerosos (alterações ao CPC 25); • Reforma de taxas de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC 48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06); • Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27); • Classificação do Passivo em circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26). Não há outros CPCs que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2020	31/12/2019
Caixa	866	866
Bancos	5.877.719	9.203.243
Aplicações financeiras (i)	50.706.206	41.038.271
	56.584.791	50.242.380

(i) A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs que podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração atrelada à taxa de 102,57% do CDI.

6. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

	31/12/2020	31/12/2019
A vencer	18.496.731	16.659.707
Vencidas até 30 dias	13.444	53.691
Vencidas até 60 dias	2.578	12.095
Vencidas até 90 dias	8.926	17.058
Vencidas há mais de 90 dias	1.489.770	1.509.331
	20.011.449	18.251.882
Provisão para Perda de crédito esperada (PCE)	(74.293)	(74.187)
	19.937.156	18.177.695

Em função do alto giro das concessionárias e permissonárias, não se fazem necessários ajustes a valor presente. A Companhia constitui a provisão para perda de crédito esperada através de uma análise, sendo considerado o histórico de inadimplência, negociações em andamento e existência de garantias reais. A PCE é suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. Segue abaixo movimentação:

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo em 1º de janeiro	(74.187)	(93.655)
Reversão	71.100	19.468
Adição	(71.206)	-
Saldo em 31 de dezembro	(74.293)	(74.187)

7. ATIVO DE CONTRATO

	31/12/2020	31/12/2019
Circulante	144.557.157	138.951.773
Não circulante	437.494.513	484.475.329
	582.051.670	623.427.102

A movimentação dos saldos referentes aos ativos contratuais da Companhia em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2020 está assim apresentada:

	Saldo em 31 de dezembro de 2019	Saldo em 31 de dezembro de 2020
Receita de construção	623.427.102	4.348.401
Receita de O&M	27.816.780	93.686.384
Receita de remuneração	93.686.384	(166.679.607)
Recebimentos	(166.679.607)	(547.390)
Imobilizado em curso	(547.390)	582.051.670
Saldo em 31 de dezembro de 2020	582.051.670	582.051.670
Circulante	144.557.157	144.557.157
Não circulante	437.494.513	437.494.513
Saldo em 31 de dezembro de 2018	656.172.024	656.172.024
Receita de construção	202.039	202.039
Receita de O&M	26.775.740	26.775.740
Receita de remuneração	99.468.326	99.468.326
Recebimentos	(159.778.773)	(159.778.773)
Recebimentos	(159.778.773)	(159.778.773)
Imobilizado em curso	587.746	587.746
Saldo em 31 de dezembro de 2019	623.427.102	623.427.102
Circulante	138.951.773	138.951.773
Não circulante	484.475.329	484.475.329

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica, celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Operadora), regulamenta a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pelas Companhias, em que: • O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar. • O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e disponibilidade da rede. • Ao final da concessão, os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao Poder Concedente mediante pagamento de uma indenização. • O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos pela RAP, parcela garantida pelo Poder

Concedente para remunerar o operador. A infraestrutura construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à remuneração anual permitida (RAP) durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico (ONS), conforme contrato, e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, com recebimento previsto para um período de 30 anos cujos critérios de pagamento ainda serão definidos pelo Poder Concedente.

8. OUTROS ATIVOS CIRCULANTES

	31/12/2020	31/12/2019
Despesas pagas antecipadamente	258.530	15.333
Dispêndios a reembolsar	114.000	114.000
Serviços prestados a terceiros - P&D (i)	2.171.858	652.838
Outros	43.534	18.803
	2.587.922	800.974

(i) A variação refere-se à utilização dos recursos de P&D nos projetos em andamento aprovados pela Companhia.

9. OUTROS ATIVOS NÃO CIRCULANTES

	31/12/2020	31/12/2019
Depósitos judiciais	-	30.574
Contingências (i)	3.260.775	5.336.866
	3.260.775	5.367.440

(i) Valor refere-se a reembolso para as contingências cíveis apresentadas como prováveis conforme firmado no contrato de compra e venda, onde a Companhia comprometeu-se a assumir todos os custos de defesa e condenação relativos às quaisquer demandas administrativas e/ou judiciais, relacionadas nos termos e condições previstos no Contrato.

10. EMPRÉSTIMOS

a) Total da dívida:

Descrição	Início	Vencimento	Garantidor	En-cargos	31/12/2020	31/12/2019
State Grid International Development Limited (SGID)	nov/14	set/23	n/a	Libor + 2,85%	281.318.664	251.720.903
					281.318.664	251.720.903
Circulante					86.508.002	67.180.304
Não circulante					194.810.662	184.540.599
					281.318.664	251.720.903

A SGID é uma subsidiária 100% controlada pela SGCC, assim, faz parte do mesmo grupo econômico da Companhia.

b) Movimentação dos empréstimos e financiamentos:

Financiador	Saldo inicial 31/12/2019	Juros, variações bruto e cambial	Liquidação de juros	Novas captações	Liquidação principal	Saldo final 31/12/2020
State Grid International Development (SGID)	251.720.903	85.606.265 (12.535.435)	-	(43.473.069)	281.318.664	281.318.664
Total	251.720.903	85.606.265 (12.535.435)	-	(43.473.069)	281.318.664	281.318.664

Financiado	Saldo inicial 31/12/2018	Juros, variações bruto e cambial	Liquidação de juros	Novas captações	Liquidação principal	Saldo final 31/12/2019
State Grid International Development (SGID)	306.399.180	30.561.138 (17.076.298)	-	(68.163.117)	251.720.903	251.720.903
Total	306.399.180	30.561.138 (17.076.298)	-	(68.163.117)	251.720.903	251.720.903

Em 17 de novembro de 2014, junto à SGID foi contratado um empréstimo ao custo de Libor + 2,85% a.a. no montante de USD 153.636.799,20, correspondente a R\$399.839.770, com pagamentos de principal e juros em 19 parcelas semestrais, iniciando-se em 20 de dezembro 2014 e com vencimento final em 05 de setembro de 2023. No ano de 2017, 2018 e 2019 a companhia pagou principal e juros nos meses de junho e dezembro conforme estipulado no contrato. No ano de 2020, a empresa pagou principal e juros em junho e em dezembro pagou apenas os juros. Para o pagamento do principal, devido a crise econômica causada pelo COVID-19 e com base no contrato de empréstimo onde diz que a Concessionária tem o direito de decidir se pagará ou não os empréstimos nas datas de vencimento, dependendo da situação financeira e operacional da empresa, estamos revendo nossas estratégias para os próximos anos. Neste empréstimo não há cláusulas de compromissos financeiros e não financeiros e nem ativos dados em garantia.

c) Fluxos de pagamentos futuros da dívida (longo prazo):

	Amortização
2022	86.227.670
2023	75.848.414
2024	32.734.578
	194.810.662

11. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A PAGAR

	31/12/2020	31/12/2019
IRPJ	12.584.094	15.828.085
CSLL	4.023.264	5.298.067
	16.607.358	21.126.152
	31/12/2020	31/12/2019
PIS	275.687	255.177
COFINS	1.270.550	1.177.960
INSS	357.822	907.306
Imposto de Renda Retido na Fonte	64.428	2.139.846
ISS	104.830	7.924
FGTS	84.368	126.096
Outros	381.412	364.307
	2.539.097	4.978.616

12. TAXAS REGULAMENTARES

	31/12/2020	31/12/2019
Reserva global de reversão (RGR) (i)	598.439	694.275
Taxa de fiscalização (TFSEE) (ii)	1.666.044	1.663.909
Pesquisa e desenvolvimento (P&D) (iii)	6.835.789	6.294.285
	9.100.272	8.652.469

(i) RGR: Taxa criada pelo Decreto 41.019 de 26 de fevereiro de 1957 que tem a finalidade de prover recursos para melhoria do serviço público de energia elétrica, financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Conforme art. 20 da Lei 12.431 a vigência desta taxa ocorrerá até 2035. Em 14 de agosto de 2020, através do Despacho nº 2.403 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a RGR relativos às competências de julho de 2020 a junho de 2021 de R\$ 415.064. (ii) TFSEE: Instituída pela Lei 9.427, de 1996, e regulamentado pelo Decreto 2.410, de 1997 pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei 12.783 de 2013, onde foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória. Em 28 de julho de 2020, através do Despacho nº 2.212 da ANEEL, estabeleceu-se um valor anual para a TFSEE relativas às competências de julho de 2020 a junho de 2021 de R\$ 566.982. (iii) P&D: Conforme as Resoluções Aneel 316 de 2008 e 504 de 2012, as concessionárias e permissonárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação a projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização.

13. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Contingências prováveis (provisionadas): A Companhia, no curso normal de suas operações, está envolvida em processos legais, de natureza cível, tributária, trabalhista e ambiental. A Companhia constitui provisões para processos legais a valores considerados pelos seus assessores jurídicos e sua Administração como sendo suficientes para cobrir perdas prováveis. Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	31/12/2020	31/1
--	------------	------



SERRA DA MESA

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 07.762.066/0001-68



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em reais)

Contingências possíveis (não provisionadas): Os consultores jurídicos analisaram a posição de todos os processos nos quais a Companhia figura como ré e estimaram as perdas possíveis em:

	31/12/2020	31/12/2019
Fiscal	7.527.938	6.461.929
Trabalhista	2.830.718	659.041
Ambiental	2.005.562	1.893.005
Cível	751.013	4.361.267
Total	13.115.231	13.375.242

14. IMPOSTOS DIFERIDOS PASSIVOS

	31/12/2020	31/12/2019
Impostos diferidos passivos (i)	146.943.699	156.412.153
Total	146.943.699	156.412.153

(i) Os tributos diferidos passivos foram constituídos sobre o saldo do ativo contratual da Companhia.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) **Capital social:** Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 274.500.000 dividido em 274.500.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$ 1 cada. A composição acionária está demonstrada a seguir:

	2020 e 2019
State Grid Brazil Holding S.A.	99,99%
International Grid Holdings Limited	0,01%
Total	100%

b) **Reserva legal:** A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. Em 2020 a reserva legal foi utilizada para compensar os prejuízos acumulados conforme artigo 193, parágrafo 2º da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. c) **Dividendos e juros sobre capital próprio:** Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. Em 17 de dezembro de 2019, foi aprovado o pagamento de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 13.858.595 referente ao exercício social de 2019. O valor do imposto de renda devido sobre os juros sobre capital próprio foi de R\$ 2.078.789 o que gerou um valor líquido a pagar de R\$ 11.779.805. Esse montante foi pago em 06 de agosto de 2020.

16. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/2020	31/12/2019
Receita operacional bruta	145.452.408	143.712.650
Receita de operação e manutenção	27.816.780	26.775.740
Remuneração do ativo contratual	93.686.384	99.468.326
Receita de construção (i)	4.348.401	202.039
Ajustes receitas variáveis(ii)	19.600.843	17.266.545
Deduções da receita operacional	(42.545.411)	(34.194.505)
PIS	(2.399.538)	(2.374.737)
COFINS	(11.052.418)	(10.938.181)
ISS	—	—
RGR	(5.555.787)	(5.353.455)
P&D	(1.210.870)	(1.284.255)
CDE	(18.483.533)	(11.126.280)
TFSEE	(554.172)	(529.197)
Proinfra	(3.254.365)	(2.588.400)
Total	102.906.997	109.518.145

(i) Variação refere-se substancialmente a criação do projeto de reforço para expansão da subestação Paracatu 4;

(ii) Valor refere-se à diferença entre a RAP do cálculo de ativo de contrato (projetado) e receita de AVC emitida pela ONS (realidade) que a Companhia ajusta mensalmente.

17. CUSTO DA CONSTRUÇÃO E OPERAÇÃO

	31/12/2020	31/12/2019
Pessoal	(8.763.468)	(5.520.095)
Material	(1.065.639)	(927.268)
Serviços de terceiros	(2.050.649)	(2.240.105)
Arrendamentos e alugueis	(77.267)	(214.312)
Seguros	(272.606)	(180.989)
Tributos	(279.299)	(52.382)
Custo Construção (i)	(3.619.786)	(176.680)
Custo de operação e manutenção	(5.474.434)	(1.308.475)
Gastos diversos	(1.241.826)	(1.666.556)
Total	(22.844.974)	(12.286.862)

(i) Variação refere-se substancialmente a criação do projeto de reforço para expansão da subestação Paracatu 4.

18. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	31/12/2020	31/12/2019
Pessoal	(5.411.139)	(5.918.357)
Administradores	(785.335)	(1.208.119)
Material	(152.319)	(122.547)
Serviços de terceiros	(875.941)	(883.272)
Arrendamentos e alugueis	(143.416)	(245.225)
Provisão/reversão	(28.806)	(34.301)
Doações	(267.044)	(843.196)
Depreciação e amortização	(145.239)	(154.118)
Outras	(360.957)	809.906
Total	(8.170.196)	(8.599.229)

19. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

	31/12/2020	31/12/2019
Rendas da prestação de serviços	12.185.334	11.541.884
Outras receitas	96.944	—
Tributos sobre a receita	(1.602.374)	(1.581.070)
Pessoal	(2.071.238)	(2.590.179)
Arrendamentos e alugueis	(322.020)	(179.297)
Depreciação	(601.994)	(394.660)
Serviços de terceiros	(456.585)	(825.347)
Gastos com serviços de O&M	(1.179.537)	(1.420.524)
Outras despesas	(352.681)	(200.922)
Total	5.695.849	4.349.885

Nesse grupo são registradas receitas e despesas provenientes atividades não vinculadas a concessão: Centro de Operação do Sistema (COS), Contratos de Compartilhamento de Infraestrutura (CCI) e Compartilhamento de Serviços de Operação e Manutenção (CPSOM).

20. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2020	31/12/2019
Receita financeira	54.278.887	61.913.430
Receitas de aplicações financeiras	1.434.948	3.765.986
Variações cambiais ativas	52.852.090	57.641.398
Outras receitas financeiras	61.431	715.906
Tributos sobre receitas financeiras	(69.582)	(209.860)
Despesa financeira (i)	(146.647.625)	(94.926.858)
Variações cambiais passivas	(126.159.469)	(72.037.711)
Juros sobre empréstimos - partes relacionadas	(16.490.527)	(21.856.925)
Multas e acréscimos moratórios	(2.473.816)	(116.498)
Outras despesas financeiras	(1.523.813)	(915.724)
Total	(92.368.738)	(33.013.428)

(i) Variação refere-se substancialmente à variação cambial do empréstimo com o SGID devido a alta variação do câmbio.

21. CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (IR E CS)

	31/12/2020	31/12/2019
Prejuízo/Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	(14.781.062)	59.968.511
Adições/Exclusões não dedutíveis	323.427	13.901.993
Variação Cambial	55.138.291	(3.158.843)
Juros Indedutíveis	12.690.006	—
Incentivos Fiscais (Lei Rouanet/Desportivo)	—	(2.262.354)
Ajustes ICPC 01	14.775.646	3.896.329
Juros s/Capital Próprio	—	(13.858.595)
Lucro Real	68.146.308	58.487.041
Compensação PF/BN (30%)	—	—
Lucro Real (Após Compensação)	68.146.308	58.487.041
IRPJ antes Inc. Fiscais (25%)	(17.012.578)	(14.577.760)
Inc. Fiscais	419.363	—
IRPJ devido (25%)	(16.593.215)	(14.597.760)
CSLL (9%)	(6.133.168)	(5.263.834)
IR e CS correntes	(22.726.383)	(19.861.594)
IR e CS diferidos	5.691.861	1.322.536
Total	(17.034.522)	(18.539.058)
Aliquota efetiva	-154%	33%

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros e a administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria. O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justos dos instrumentos financeiros. Os diferentes níveis foram definidos conforme: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; (b) Nível 2 - "inputs", exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis). Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2. Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

22.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria:

Ativos mensurados pelo valor justo	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e equivalentes de caixa	5	56.584.791	50.242.380
Ativos mensurados pelo custo amortizado	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Contas a receber - partes relacionadas	23	3.172.768	2.535.387
Concessionárias e permissonárias	6	19.937.156	18.177.695

Passivos mensurados pelo custo amortizado	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Empréstimos - partes relacionadas	10	281.318.664	251.720.903
Fornecedores - terceiros	—	1.345.107	2.252.754
Fornecedores - partes relacionadas	23	990.159	679.504

22.2. Gestão de risco: As operações de acordo com a Companhia são realizadas por intermédio da área financeira financeira com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são: a) **Riscos de mercado:** A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Administração e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos. b) **Riscos de taxa de juros:** Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus empréstimos indexados a taxas de juros prefixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros. c) **Riscos cambiais:** Os resultados da Companhia estão suscetíveis de sofrer variações. Os efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as transações atreladas às moedas estrangeiras, principalmente em operações empréstimos. A Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção visto que os empréstimos da Companhia são contratados junto a SGID, assim, os ganhos e perdas em função da variação das taxas cambiais fica consolidado no Grupo. **Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira:** A Companhia calcula a sensibilidade a uma variação cabível que possa ocorrer na taxa de câmbio do U\$, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, dos empréstimos com contratação em moeda estrangeira. A análise de sensibilidade foi realizada para o valor justo dos instrumentos financeiros de moeda estrangeira. O cenário atual é o valor contábil em 31/12/2020. Consideramos a mudança na variável de risco de -5% e +5% respectivamente, em:

	31/12/2020	-5%	5%
Empréstimos	281.318.664	-14.065.933	14.065.933

d) **Risco de crédito:** O risco de crédito está relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esses riscos, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações. Os riscos de créditos relacionados às contas a receber (concessionárias e permissonárias) são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a empresa apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento das garantias dos contratos. e) **Risco de liquidez:** A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e empréstimos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada. A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

23. PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 na Companhia decorrem de transações junto à Controladora e empresas do Grupo, os quais:

	31/12/2020	31/12/2019
23.1 Ativo:	3.172.768	2.535.387
Contas a receber - partes relacionadas	3.054.138	2.417.283
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	118.630	118.104
Outros	—	—

	31/12/2020	31/12/2019
23.2 Passivo:	282.308.823	252.400.407
Fornecedores - partes relacionadas	990.159	679.504
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	990.159	672.741
Aluguel (ii)	—	6.736
Outros	—	27
Empréstimos a pagar - (nota explicativa 8)	281.318.664	251.720.903

	31/12/2020	31/12/2019
23.3 Resultado:	(9.807.744)	(17.985.829)
Resultado - partes relacionadas	6.767.129	3.949.387
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	(84.346)	(78.291)
Aluguel (ii)	—	—
Juros com empréstimos (nota explicativa 18)	(16.490.527)	(21.856.925)

(i) Em setembro de 2017, visando como objetivo principal a racionalização e simplificação da estrutura administrativa das Transmissoras e do Grupo e o cumprimento do regulamento da ANEEL - Resolução Normativa nº 699 de 26 de janeiro de 2016, o Grupo celebrou contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas. As despesas dos recursos humanos compartilhados, bem como a infraestrutura associada são alocadas proporcionalmente entre as empresas compartilhantes de acordo com o critério regulatório de rateio firmado em contrato, por meio de notas de débito emitidas trimestralmente entre as empresas envolvidas.

(ii) Saldos referem-se a despesas de aluguel junto a SGBH.

23.4. Remuneração da Administração (pessoal-chave): As remunerações de empregados das funções executivas da Companhia reconhecidos no resultado do período, estão apresentadas como segue:

Valores reconhecidos no resultado Remuneração fixa e variável (*)	31/12/2020	31/12/2019
Salário	2.182.609	996.210
Benefícios diretos e indiretos	108.678	113.189
Encargos	664.718	350.638
Provisões (13º salário, férias e bônus)	497.239	374.873
Valor total da remuneração	3.453.244	1.834.910

(*) Pró-labore, encargos, benefícios diretos e indiretos (plano de saúde, plano odontológico, seguro de vida e ticket refeição/alimentação) e bônus.

24. GESTÃO DO CAPITAL

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

25. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. A cobertura de seguros contra riscos operacionais é composta por danos materiais e para responsabilidade civil, conforme:

Ativo	Tipo de cobertura	31/12/2020	31/12/2019
Responsabilidade civil	Risco civil	20.000.000	10.000.000
Seguro patrimonial	Risco operacional	241.901.557	217.314.776
Veículos	Carros	1.265.511	1.724.002
Total		263.167.068	229.038.778

26. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

A Companhia assinou até o presente momento contratos de construção e fornecimento de materiais da linha de transmissão, cujo o saldo a pagar refere-se ao montante total de R\$ 1.060.791. Esses contratos serão pagos conforme medições realizadas por pessoal técnico e recebimento de materiais conforme previstos nas suas cláusulas. As datas de assinatura e o cronograma de vencimentos estão abaixo:

Número Contrato	Fornecedor	Descrição	Data	Total
EXP-SMTE-2019-008	NARI	Contrato EPC para SMTE - Paracatu 4	15/08/2019	1.060.791

Cronograma de vencimento		Em R\$
2021		905.235
2022		155.556
Total		1.060.791

DIRETORIA

Ramon Sade Haddad
Diretor-Presidente

Jorge Raul Bauer
Diretor

Mariana de Oliveira Barbosa
Contadora - CRC RJ - 103573/O-2

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Diretores da **Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.**, Rio de Janeiro - RJ

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequação em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.